

Extensão Universitária: uma análise das práticas desenvolvidas na UNIFAL – MG

Juliane Suellen Moreira Borges, Bela.

julianemborges@gmail.com, UNIFAL-MG, Brasil

Gabriel Rodrigo Gomes Pessanha, Dr.

gabriel.pessanha@unifal-mg.edu.br, UNIFAL-MG, Brasil

Adílio Renê Almeida Miranda, Dr.

adilio.miranda@unifal-mg.edu.br, UNIFAL-MG, Brasil

Resumo

A universidade é pautada em três áreas distintas, porém complementares, são elas o ensino, a pesquisa e a extensão. A extensão foi a última a surgir e a ser incorporada nos ambientes acadêmicos. O texto a seguir propõe-se a descrever a construção da extensão universitária desde o seu surgimento na Inglaterra e sua incorporação no Brasil (PAULA, 2013;), para então observar como a prática da extensão é aplicada e desenvolvida na Universidade Federal de Alfenas – MG, a partir do campus Avançado de Varginha. De acordo com Gurgel (1986) a extensão é o elo de ligação entre ensino, e a pesquisa realizada dentro das universidades, com a sociedade externa, articulando os saberes desenvolvidos nos campos científicos, tecnológicos e culturais. Gurgel ainda afirma que, quando o equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão é alcançado, propicia a formação de profissionais com pensamentos e conhecimentos mais amplos, além de divulgar a universidade externamente do meio acadêmico. Entretanto encontrar o equilíbrio entre as áreas não é tão simples assim, as universidades e a sociedade possuem nesse momento três grandes conflitos a respeito de suas atividades, são eles: produção de cultura e conhecimentos especializados úteis ao mercado de trabalho; a hierarquização dos saberes e os critérios de seleção dos estudantes; e a autonomia das instituições. A universidade propõe o aprofundamento do conhecimento que o ensino fundamental e médio não alcançam. Para tal, o conhecimento pode ser organizado em duas subdivisões: a “intramuros” onde atividades e projetos desenvolvidos no âmbito da universidade e o “extramuros”, onde as atividades são desenvolvidas em ambientes não acadêmicos, formando assim a extensão universitária. Para a realização deste texto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com caráter predominante descritivo com o intuito de observar e discutir a interação e o desenvolvimento dos modelos de extensão universitária aplicados na Universidade Federal de Alfenas – MG, campus avançado de Varginha – MG, para tal utilizou-se de um roteiro de entrevista estruturada, aplicado em docentes e discentes para coletar os dados, os entrevistados foram escolhidos através de amostragem por conveniência. De acordo com os dados coletados pode observar-se até o momento que que parte dos discentes e docentes do campus avançado de Varginha, possuem dificuldade de expressar o que de fato entendem por extensão universitária e como está deve ser desenvolvida dentro do contexto interdisciplinar que o a extensão necessita e que os cursos oferecidos no curso pregam. Pode-se observar, portanto que um dos principais obstáculos que a extensão

enfrenta dentro da universidade é a própria falta de conhecimento e para sua expansão é necessária uma maior democratização de seus conceitos dentro do universo acadêmico e na comunidade ali próxima.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Ensino, Pesquisa, Práticas.

Abstract

The university is based on three distinct but complementary areas: teaching, research and extension. Extension was the last to emerge and be incorporated into academic settings. The following text proposes to describe the construction of university extension since its inception in England and its incorporation in Brazil (PAULA, 2013;), to observe how the practice of extension is applied and developed at the Federal University of Alfenas - MG, from the Advanced campus of Varginha. According to Gurgel (1986) extension is the link between teaching and research carried out within universities, with external society, articulating the knowledge developed in the scientific, technological and cultural fields. Gurgel further states that when the balance between teaching, research and extension is achieved, it provides training for professionals with broader thinking and knowledge, as well as disseminating the university externally from academia. However, finding the balance between the areas is not so simple, universities and society had at that moment three major conflicts regarding their activities, they are: production of culture and specialized knowledge useful to the labor market; The hierarchy of knowledge and the selection criteria of students; And the autonomy of institutions. The university proposes to deepen the knowledge that elementary and middle school do not reach. For this, knowledge can be organized into two subdivisions: the "intramural" where activities and projects developed within the university and the "outside", where activities are developed in non-academic environments, thus forming university extension. For the accomplishment of this text, a qualitative research was carried out, with predominant descriptive character with the purpose of observing and discussing the interaction and the development of the university extension models applied at the Federal University of Alfenas - MG, an advanced campus of Varginha - MG, for that purpose a structured interview script was used, applied to teachers and students to collect the data, the interviewees were chosen through sampling for convenience. According to the data collected, it can be observed to date that some of the students and teachers of the advanced campus of Varginha have difficulty expressing what they really understand by university extension and how it should be developed within the interdisciplinary context that the Extension needs and that the courses offered in the course preach. It can be observed, therefore, that one of the main obstacles that the extension faces within the university is the lack of knowledge itself and for its expansion it is necessary a greater democratization of its concepts within the academic universe and in the next community.

Keywords: University Extension, Teaching, Research, Practices.

1. Introdução

A universidade brasileira é constituída a partir de três grandes pilares, são eles o ensino, a pesquisa científica e a extensão. No entanto, na vida prática das universidades brasileiras, pode-se observar uma desarticulação entre esses três pilares e uma inferiorização a respeito da extensão. Assim, julga-se a necessidade de priorizar a discussão acerca do conceito de extensão, muitas vezes mal compreendido e erroneamente associado a ações assistencialistas da universidade.

Para isto, decidiu neste artigo realizar uma pesquisa e análise sobre o entendimento a respeito da extensão universitária dentro do campus Avançado de Varginha – MG, da Universidade Federal de Alfenas – MG, a partir de entrevistas sobre o tema com discentes e docentes, envolvidos ou não com a extensão, ao mesmo tempo em que se investiga a evolução da extensão universitária desde o

seu surgimento na Inglaterra até os dias atuais no Brasil. Ao realizar-se este estudo, cria-se uma base de dados para novas discussões a respeito do tema dentro do Instituto de Ciências Sociais Aplicada (ICSA) e da UNIFAL – MG, e ao mesmo tempo propicia suporte para que outras instituições que possuem as mesmas dúvidas realizem novos estudos sobre a temática. Além de considerar-se a reflexão sobre o tema de extensão que é predominante no ICESA após a realização de entrevistas e análise dos dados obtidos e o seu impacto no desenvolvimento do acadêmico dos discentes ao passo em que pode propiciar à autocrítica por parte de docentes e discentes envolvidos com a extensão para que avaliem se seus trabalhos realmente são de cunho extensionista.

2. Extensão Universitária

A universidade é pautada em três áreas distintas, porém complementares. São elas o ensino, a pesquisa e a extensão. A extensão foi a última a surgir e a ser incorporada nos ambientes acadêmicos. O texto a seguir propõe-se a descrever a construção da extensão universitária desde o seu surgimento na Inglaterra até a sua incorporação no Brasil. (PAULA, 2013; MONTEIRO, et al, 2009);

A extensão universitária surge na Inglaterra, durante a segunda metade do século XIX, ligada a ideia de educação continuada como um contraponto do avanço da industrialização no mundo ocidental e como instrumento de contenção de revoluções populares. Neste período, a Inglaterra se equilibrava entre os avanços tecnológicos e com as frequentes revoltas da classe trabalhadora, fortemente oprimida pela ascendente sociedade burguesa (ALMEIDA, 1991; PAULA, 2013; NOGUEIRA, 2001).

Neste contexto, a extensão ganha vida como fonte de intermediação entre a classe operaria e a sociedade, através da promoção da capacitação da mão de obra e pacificação. Portanto, a extensão acabava promovendo nas universidades o pressuposto de função exclusiva de formadora de profissionais, deixando de lado o cunho cultural e crítico em sua formação. Dessa forma a extensão universitária inicia sua construção vinculada a uma ideia de educação continuada, dedicada à população adulta, que anteriormente não possuía representação dentro das universidades. As universidades então passaram a detectar as demandas desse novo público e após a sua análise, essas demandas eram transformadas em pequenos cursos e atividades diversas (ALMEIDA, 1991; e NOGUEIRA, 2001).

Para Paula (2013), a extensão universitária é uma consequência da história do capitalismo, desde que em meados do século XIX, o capitalismo vivia em constante estado de tensão, pós-consolidação da Revolução Industrial, levando a sociedade a momentos de contradições e dúvidas a respeito das teorias apontadas momentos antes e inovações políticas governamentais tendendo para o socialismo.

Esse contexto socialmente turbulento demandava ações apaziguadoras. Para tal, o Estado inglês e as universidades acreditavam que somente políticas capazes de neutralizar as reivindicações dos

operários e populares resolveriam o problema. Como facilitadoras do processo, as universidades foram convocadas a promover um novo vínculo com a questão social (PAULA, 2013).

Surgiu, assim, o que o hoje é chamado de extensão universitária. Na sequência do seu surgimento na Inglaterra, a extensão iniciou sua expansão por diversos países da Europa até que, ano depois, começou a ser registrada também em universidades norte americanas, entretanto, com caráter de prestação de serviço nas áreas rurais e urbanas. No entanto, a corrente de prestação de serviços durante esse período popularizou-se amplamente nas universidades americanas. Na Inglaterra e por toda a Europa esse modelo enfrentou grande resistência, devido ao caráter humanístico presente desde os primeiros passos do modelo universitário europeu (ALMEIDA, 1991; NOGUEIRA, 2001).

A comunidade acadêmica necessitou desenvolver temáticas de extensão, pois só assim a extensão poderia alcançar o seu objetivo “apaziguador”. A universidade inglesa criou os movimentos mais gerais, integrando a universidade, o Estado, a Igreja Católica, que nesse período possuía grande poder social e os partidos políticos. Cada um, de maneira distinta, procurava oferecer contrapontos às consequências do capitalismo. Assim, as universidades começaram a buscar alternativas para que a cultura, as discussões e o lado crítico fossem construídos na sociedade e não somente ente a comunidade acadêmica. (ALMEIDA, 1991).

Para alcançar esse objetivo, desenvolveu-se a ideia de educação continuada, na qual o conhecimento do indivíduo é construído ao longo da vida e não somente durante aquele período de curso. As universidades tinham como objetivo oferecer novas oportunidades à população adulta, normalmente excluída do âmbito acadêmico. Elas propiciavam a educação em forma de cursos paralelos aos cursos regulares oferecidos pelas instituições e voltados para demandas específicas, voltadas tanto para os setores de produção industrial, quanto os de interesse popular. (PAULA, 2013).

Segundo afirma Almeida (1991), as universidades norte-americanas adotaram inicialmente a versão de educação continuada, porém, ao longo do tempo, iniciaram a construção da sua própria versão de extensão. Assim surgiram dois tipos de extensão: a cooperativa e a universitária, ambas promoviam a mesma ponte de ligação entre a sociedade e a comunidade acadêmica.

A extensão cooperativa nasce através da parceria entre o Estado e algumas universidades, com o objetivo de promover auxílio e assistência técnica para grupos de agricultores, e conjuntamente com o apoio técnico, inicia-se a inserção de conhecimentos sociais naqueles grupos. A extensão universitária por sua vez, encontra seu espaço nas próprias instituições de ensino superior, através de atividades curriculares, devido ao esforço de William Harper, coordenador responsável pela Universidade de Chicago, grande incentivador da extensão universitária como elemento de “extramuros”, e de caráter técnico (ALMEIDA, 1991).

Durante o mesmo período, a América Latina, enfrentava forte pressão dos regimes totalitários ali instaurados, nesse contexto a extensão fundamentou-se inicialmente através dentro dos movimentos estudantis e nas denominadas universidades populares, termo esse proveniente das

primeiras décadas do século XIX na Europa e na própria América Latina, onde as universidades surgiram ligadas ao movimento operário e a partidos comunistas. As universidades populares tinham como característica principal o foco nos operários e as classes populares que, até aquele momento não tinham espaço em nenhum outro local que oferecesse acesso ao ensino “formal”, com a intenção de promover a democratização o conhecimento e incentivar as classes populares (BENZAQUEN, 2012).

Segundo Jezine (2006), o conceito, portanto das universidades populares, era abrir a universidade para o povo, em todos os sentidos, do ensino a pesquisa, possibilitando assim o surgimento de um novo pensamento crítico, revolucionário e ilimitado ao povo. Mas não somente esse modelo de extensão fundamentou-se na Latino América, como será possível observar no próximo tópico deste trabalho, com o exemplo brasileiro, apresentado a seguir.

2.1. Extensão Universitária no Brasil

Segundo Cabral (2012), a história das universidades brasileiras está diretamente ligada com a história da extensão universitária no país, desde a década de 1930. Sendo assim, a extensão universitária pode ser compreendida por meio da evolução das universidades e da educação brasileira. Barbosa (2012), no entanto, afirma que os primeiros indícios de extensão no Brasil são datadas de 1912, com a criação da Universidade Livre de São Paulo, mesmo que na forma de conferências e cursos, que não possuíam características dialógicas e com pequena participação popular.

Para Cabral (2012), as concepções de extensão no Brasil, em suas primeiras décadas, foram inspiradas por modelos importados de universidades europeias e americanas, desde sua fundação, estruturação e funcionamento. Ainda segundo Cabral (2012), o modelo de extensão técnico norte-americano foi o que manteve o maior grau de influência no desenvolvimento da extensão no Brasil, uma vez que, além de garantir a assistência técnica a grupos de agricultores rurais, fundamentou-se na ideia de que a universidade deve compartilhar seus conhecimentos técnicos e científicos com a população teoricamente desprovida de conhecimentos considerados formais e recursos. Nessa época, o país passava por um contexto sociopolítico instável e incerto, propiciando, assim, a ascensão de projetos voltados para a abertura da relação entre sociedade e universidades (CABRAL, 2012).

De acordo com Jezine (2016), esse contexto propiciou que a extensão passasse a servir como instrumento para atender demandas e auxiliar nas discrepâncias sociais, surgindo, assim, a concepção de extensão assistencialista. A concepção assistencialista de extensão ganhou força no Brasil, principalmente durante o período militar, quando as ideias revolucionárias de algumas parcelas da sociedade impulsionaram a valorização da cultura e do saber popular, além da conscientização e politização do povo, independente de classe social.

Barbosa (2012), por sua vez diz que a extensão universitária brasileira, em sua estrutura, além das influências norte americanas e europeias, também incorporou o Manifesto de Córdoba, que aconteceu em 1918, na Argentina, por iniciativa estudantil, com a intenção voltada para a missão

social da universidade em todos os seus eixos. Para Paula (2005), o Manifesto de Córdoba, é de extrema importância nesta discussão, já que foi um movimento dos mais emblemáticos na busca pela transformação da universidade comprometida com a transformação social, futuramente transformando-se em um dos pilares decisivos da universidade contemporânea na América Latina. A união entre os modelos norte-americano, europeu e latino americano acrescentados da realidade brasileira, sua política, sua cultura, e assim nascendo um modelo de extensão próprio (BARBOSA, 2012).

No entanto, somente em 1931, com o surgimento da legislação nacional sobre universidades no Brasil, através do “Estatuto das Universidades Brasileiras”, Decreto nº 19.851, de 11 de abril, que o termo extensão universitária foi utilizado pela primeira vez oficialmente no país (SOUSA, 2000 apud ARROYO; ROCHA, 2010; CABRAL, 2012). E somente com a Lei nº 5.540/68, a extensão torna-se obrigatória em todas as universidades do país. Pode-se observar, portanto, no contexto da Lei nº 5.540/68 que a concepção de extensão expressada nesse momento é a de origem Inglesa e com a evolução da extensão no país ocorreu posteriormente a incorporação das ideias de Paulo Freire.

De acordo com Gurgel (1986) a extensão é o elo de ligação entre ensino, e a pesquisa realizada dentro das universidades, com a sociedade externa, articulando os saberes desenvolvidos nos campos científicos, tecnológicos e culturais. Gurgel ainda afirma que, quando o equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão é alcançado, propicia a formação de profissionais com pensamentos e conhecimentos mais amplos, além de divulgar a universidade externamente do meio acadêmico. Entretanto encontrar o equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão não é tão simples assim, de acordo com Cabral (2012), as universidades e a sociedade possuíam nesse momento três grandes conflitos a respeito de suas atividades, são eles: produção de cultura e conhecimentos especializados úteis ao mercado de trabalho; a hierarquização dos saberes e os critérios de seleção dos estudantes; e a autonomia das instituições.

Para Arroyo e Rocha (2010), a universidade propõe o aprofundamento do conhecimento que o ensino fundamental e médio não alcançam. Para tal, o conhecimento pode ser organizado em duas subdivisões: a “intramuros” onde atividades e projetos desenvolvidos no âmbito da universidade e o “extramuros”, onde as atividades são desenvolvidas em ambientes não acadêmicos, formando assim a extensão universitária.

Gurgel (1986), por sua vez, trata a extensão como comunicação, onde a extensão teria uma concepção transitória, que no momento em que a universidade estivesse estendida deixaria de existir, e assim expondo uma nova concepção de ensino superior. Gurgel (1986) ainda exalta que a extensão, na maioria das vezes, vem a ser interpretada como uma prestação de serviço que auxilia programas sociais, ou, ainda, como uma vitrine para que os estudantes lidem com realidades diferentes das que está habituado, e, assim, confirmando a pouca importância da extensão dentro do círculo acadêmico.

De acordo com Freire (1985), a extensão vista como comunicação, é o conhecimento construído multilateralmente, onde o indivíduo membro da universidade possui um conhecimento ou linha de pensamento e o transporta para um indivíduo ou grupo de indivíduos com conhecimentos ou linhas de pensamento distintos do seu. Portanto, esses indivíduos ao entrarem em contato uns com os outros, se comunicam, pois trocam experiência e informações, e assim constroem coletivamente uma nova fonte de conhecimento que não pode ser interrompida. Em seu discurso, Freire (1985) ainda afirma que a educação é uma forma de comunicação, ao promover o encontro entre indivíduos interlocutores que procuram o significado daquilo que lhes foi transmitido. Para que a comunicação exista é necessário que o sujeito passivo e o sujeito ativo se comuniquem sobre um conteúdo de interesse comum, pois a comunicação é concebida através do diálogo, em que os sujeitos expressam a suas buscas pela harmonia de ideias, e somente essa harmonia que promoverá uma comunicação eficiente (FREIRE, 1985).

Gurgel (1986) inspira-se nas ideias propostas por Freire (1985) e propõe que a extensão adegue-se, cada vez mais, à proposta da comunicação, e todos os elementos da universidade como ensino e pesquisa também devem rever seus conceitos e aceitar suas condições de aprendizes frente a novos saberes, ao passo que desenvolvem-se conjuntamente. Porém, para que isso aconteça, é necessário que a extensão seja desvinculada do caráter de caridade e de ser vista como uma obrigação, e passe a desenvolver-se em conjunto com o ensino e a pesquisa, somente assim a extensão terá maior chance de aproveitamento em sua implementação (SAVIANI, 1981 apud GURGEL, 1986).

Autores como Teixeira, Vilaça, e Teixeira (2003), por sua vez, expressam a extensão universitária não apenas como um serviço, nem como uma simples ação de complementação de currículo, mas como uma atividade inovadora e abrangente. A extensão também não deve fazer parte da estrutura funcional da universidade, e sim um instrumento de consolidação desta. Logo, essa concepção se caracteriza como ferramenta de ligação entre a sociedade e a universidade, de maneira que o ensino consiga um alcance superior ao modelo tradicional com os alunos somente em sala de aula. Assim, para aproximar o Estado, as universidades e a sociedade, o governo brasileiro estabeleceu a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, para regulamentar o ensino superior no país e consequentemente a extensão.

Esta Lei que passou a regulamentar que o papel da universidade é desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, conjuntamente e com o objetivo de aproximar a universidade e as atividades ali realizadas com a comunidade em que está inserida através de ações que inspirem o desenvolvimento da ciência e a tecnologia, e ao mesmo tempo em que se busca a construção ou reconstrução da sociedade. Simultaneamente, determina-se que a extensão deve ser vinculada à prática de ensino e a pesquisa desenvolvida pela universidade (TEIXEIRA; TEIXEIRA e VILAÇA, 2003). Os mesmos autores afirmam ainda que, a extensão é uma ação extensionista e não um serviço da universidade, e não deve ser vista como um elemento a mais nos currículos acadêmicos.

Barbosa (2012. Apud SOUSA (2000)), por sua vez argumenta que a LDB não expressa a complexidade da extensão, e não acrescenta nada novo em sua operacionalização, apenas

generaliza a extensão como um instrumento capaz de difundir as produções e intenções das universidades na sociedade.

Na Universidade Federal de Alfenas - MG por sua vez, a política de extensão aplicada oficialmente é baseada na LDB, no Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Onde a Extensão é entendida como uma prática e de ligação entre as atividades de ensino e pesquisa da universidade com as demandas da população local, assim possibilitando a sua interação e aproximação na produção de conhecimento (UNIFAL, 2016).

Assim, apresentadas e discutidas as principais concepções de extensão universitária presente no mundo e no contexto brasileiro, passa-se fomentar a metodologia empregada nesse estudo.

3. Metodologia

Para a realização deste texto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com caráter predominante descritivo com o intuito de observar e discutir a interação e o desenvolvimento dos modelos de extensão universitária aplicados na Universidade Federal de Alfenas – MG, campus avançado de Varginha – MG. Segundo Marthins e Theóphilo (2009), a pesquisa qualitativa utiliza o ambiente natural para compor uma base de dados e o pesquisador como membro participante do processo, uma vez que é necessário que o pesquisador tenha contato direto e profundo com o objeto de estudo

Para Godoi, Mello e Silva (2010), a pesquisa qualitativa tem como foco os processos e significados, onde os dados são configurados através das expressões humanas. O objetivo da pesquisa qualitativa é captar e interpretar os significados e intenções dos indivíduos que se relacionam com ela. Sendo assim a pesquisa aqui realizada tem como objetivos ser descritiva sobre o comportamento da extensão universitária' na UNIFAL – MG, campus Varginha. Segundo Gil (2010), este tipo de pesquisa tem como foco a descrição das características de determinado nicho a ser estudado. A pesquisa descritiva busca estudar características específicas de um determinado grupo, assim como por idade, por sexo, ou por qualquer outro critério de diferenciação.

A pesquisa aqui apresentada utilizou-se de um roteiro de entrevista estruturada, aplicado em docentes e discentes para coletar os dados. De acordo com Marthins e Theóphilo (2009), entrevista é uma técnica de coleta de dados ou informações utilizadas para analisar e compreender o que os entrevistados entendem sobre determinada situação ou evento, com base nos seus conhecimentos prévios ou experiências. Segundo os autores, a entrevista estruturada é aquela na qual o pesquisador com um roteiro pré-definido orienta-se na condução das entrevistas, com todos os entrevistados.

Os entrevistados foram escolhidos através de amostragem não probabilística por conveniência, para melhor aproximação da amostra com a realidade, foram entrevistados alunos escolhidos aleatoriamente no campus de Varginha - MG, e professores também escolhidos aleatoriamente. Para Gil (2010) e Marthins e Theóphilo (2009), esse é o tipo menos rigoroso entre as técnicas de amostragem e por isso não apresenta nenhum rigor estatístico na sua composição, uma vez que o

pesquisador seleciona aleatoriamente indivíduos a que tem acesso, e pressupõe que possam representar o universo estudado. É usualmente associado a pesquisas qualitativas, por não ser fator determinante o nível excessivo de precisão. Inicialmente, um indivíduo foi escolhido aleatoriamente e o roteiro de entrevista aplicado, como teste para assim ser possível realizar as modificações necessárias no conteúdo do roteiro.

Além das entrevistas estruturadas, o estudo utilizou a análise de conteúdo para analisar os dados obtido a análise de conteúdo para Campos (2004) é a união de um conjunto de diversas técnicas de análise de comunicação, com grande foco na pesquisa para o desenvolvimento eficaz do método escolhido. Assim, o método de análise de conteúdo segundo Campos (2004) é cercado por dois principais critérios, a linguística tradicional e a interpretação literal das palavras. Ao escolher a linguística tradicional, a análise de conteúdo abordara métodos lógicos e estéticos, voltados para aspectos formais, evoluindo para a análise de discurso. Enquanto que no método voltado para interpretação os métodos são semânticos, subdivididos em psicológico-semântico, onde as conotações são fundamentais para a formação do campo semântico e em métodos semânticos estruturais fundamentados no universo psico-semântico e o lógico semânticos, que evidenciam a lógica, uma vez que a análise de conteúdo é um classificador de informações (CAMPOS, 2004).

Entretanto para Bardin (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos em constante mudança, que aplicam-se a conteúdos e continentes diversificados. A ligação entre as utilizadas para compor a análise de conteúdo é a hermenêutica controlada, baseada na inferência. Bardin (2011), ainda afirma que a análise de conteúdo divide-se em dois polos distintos, a objetividade e a subjetividade.

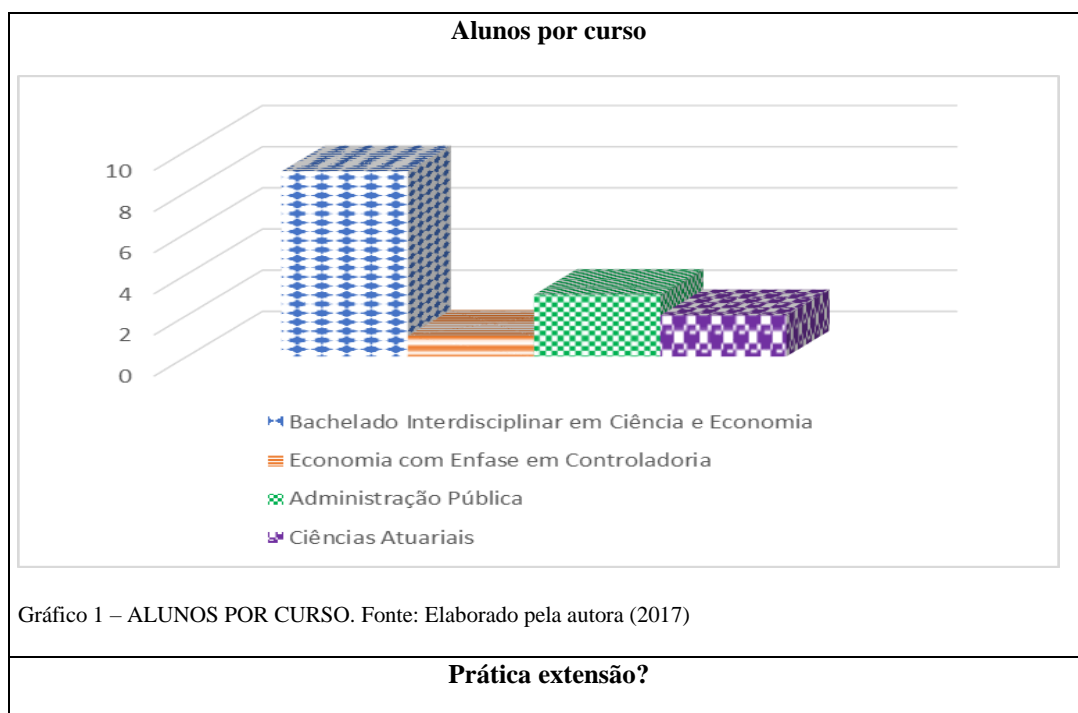
Para Gil (2010), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação, que utiliza o conjunto de descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo para formular a interpretação dos dados encontrados, através de três principais etapas, a pré-análise, com os primeiros contatos com o tema a ser estudado, a exploração dos materiais, fase onde os sistematiza-se as decisões da pré-análise, e tratamento dos dados e interpretação, por fim transformam os dados em elementos significativos para a pesquisa. A seguir, são apresentados os resultados obtidos por meio desta pesquisa.

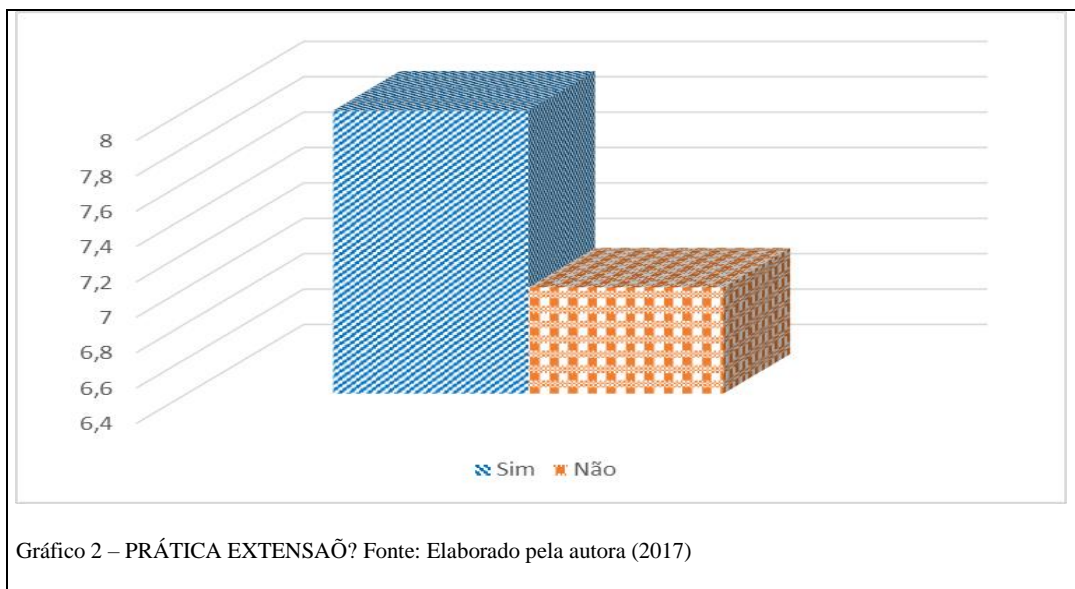
4. Análise dos Resultados

4.1. Perfil dos discentes entrevistados

Foram entrevistados quinze alunos dos cursos da graduação da Universidade Federal de Alfenas, Campus Avançado de Varginha dos períodos iniciais do bacharelado até os períodos finais dos cursos específicos em Economia e controladoria, Ciências Atuariais e Administração Pública. A seguir no Gráfico 1, é possível observar que foram entrevistados, nove alunos do Bacharelado Interdisciplinar, três alunos da Administração Pública, dois alunos das ciências atuariais e um aluno da economia. No Gráfico ,2 é possível observar que entre os quinze alunos oito disseram possuir algum envolvimento com a extensão universitária e sete disseram não possuir relação com a extensão, fato curioso, uma vez que no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, através do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX), em algum

momento o aluno necessita participar de dessas atividades, para que obtenham a conclusão do curso.





A partir desses perfis distintos, passamos a analisar suas respostas durante as entrevistas. No Gráfico 3, abaixo, pode-se observar uma polarização no entendimento dos discentes a respeito do que é extensão universitária, entre os envolvidos ou não com a extensão, independentemente do curso, ou período que o indivíduo se encontra.

O que é Extensão Universitária?

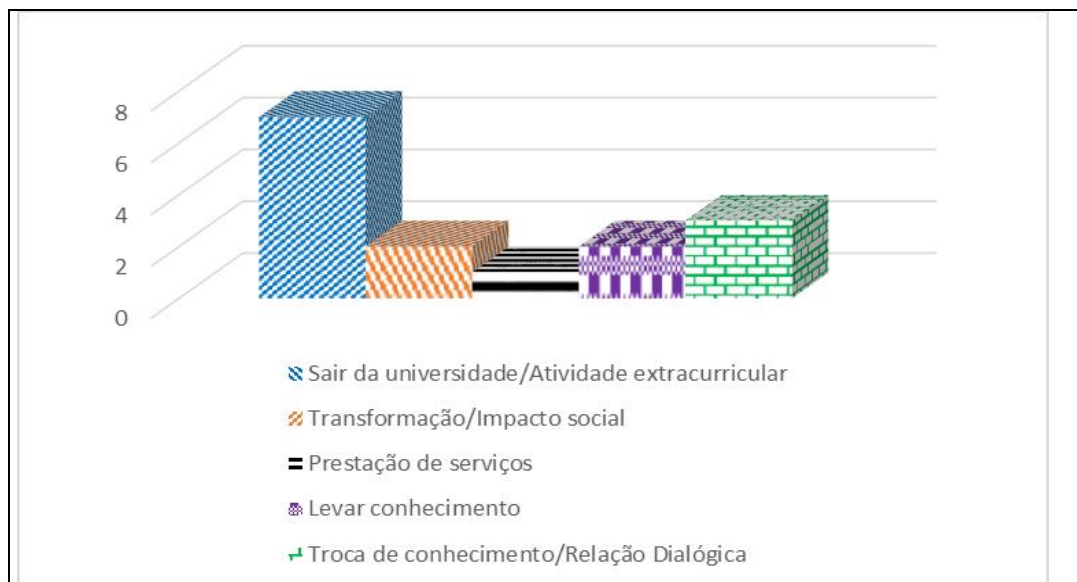


Gráfico 3 – O QUE É EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA? Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Entre os quinze alunos entrevistados, sete relacionam a extensão simplesmente como sair da universidade, e uma atividade extracurricular, desses sete, somente dois já tiveram experiência com algum projeto de extensão. Outro fato a se destacar é que os entrevistados se encontram em praticamente todos os períodos encontrados no campus de Varginha, desde os períodos iniciais e intermediários do bacharelado, como nos períodos específicos.

Dois dos entrevistados, acreditam que a extensão, só pode adquirir esse nome, se provocar alguma transformação ou impacto na sociedade, os dois entrevistados, se aproximam do final do curso, e possuem experiência com ações ligadas a extensão. Abaixo um desses relatos.

Entrevistador: “O que você entende por extensão universitária? ”.

Aluno A: “Então ..., é meio complicado porque eu acho que é muito além do que se é dito, porque eu acho que se não for uma ação transformadora eu acho que não chega a ser uma extensão, porque eu acho que a gente tem que transformar o cidadão, a comunidade, alguma coisa assim...”.

Somente um entrevistado afirmou identificar a extensão realizada como prestação de serviços, como pode ser visto abaixo, esse aluno se encontra no sétimo período de atuarias e nunca lidou diretamente com a extensão,

(Entrevistador): “O que você entende por extensão universitária? ”.

Aluno B: “É articular com as ações da universidade e confrontar com a realidade da comunidade inserida aos arredores da mesma. É buscar uma comunicação, em ações de cidadania, e ao mesmo tempo, prestando serviços para entender a dinâmica dessas ações...”.

Para Gurgel (1986), para que a extensão ocorra de fato, é necessário desvincular essa visão de prestação de serviços e meio de fazer-se caridade, e passe a ser vista como elemento participante nas bases da universidade, no conjunto com o ensino e a pesquisa.

Dois alunos dos períodos finais do bacharelado, disseram identificar a extensão como um meio da universidade levar conhecimento para a comunidade, um dos entrevistados com experiência com a extensão.

Abaixo é possível observar que para os três últimos entrevistados citados nesse artigo demonstraram ver a extensão de maneira diferenciada das apontadas anteriormente, eles afirmaram que a extensão é a troca de conhecimento e uma relação dialógica, os alunos entrevistados encontram-se em períodos opostos, dois nos períodos mais iniciais do bacharelado e um no último período do específico em administração pública, dois deles com envolvimento em extensão e o outro não, a renda dos três pertence a mesma faixa.

(Entrevistador): “O que você entende por extensão universitária?”

Aluno K: “Entendo extensão como uma troca entre a comunidade acadêmica e a externa, na qual se leva conhecimentos e ferramentas adquiridos na universidade com o intuito de também obter conhecimentos da comunidade trabalhada, ou seja, em uma relação dialógica”.

Visão está semelhante aos conceitos defendidos por Paulo Freire (1985), e incorporados na LDB e, portanto, o que segue a Pró-reitoria de extensão da UNIFAL, onde a extensão é tida como uma forma de comunicação, e o conhecimento dele derivado é construído coletivamente, entre a universidade e a sociedade, se comunicando e se aperfeiçoando a medida que os laços entre elas são aprofundados. Freire (1985), ainda afirma que para que esta comunicação exista é necessário um ponto de interesse em comum entre a universidade e a sociedade, para que possa acontecer um diálogo e uma harmonização de ideias entre os envolvidos.

Ao analisar as respostas dos entrevistados, foi possível observar que treze dos quinze entrevistados não se acha capaz de exercer atividades de ensino, pesquisa e extensão ao mesmo tempo, eles acreditam sim que uma depende da outra, mas não enxergam isso na prática, nem sabem como expressar como a relação acontece, porém todos percebem a importância da extensão acadêmica na vida dos discentes, sendo praticantes ativos ou não. Uma vez que segundo os entrevistados, a extensão abrange as formas de conhecimento disponíveis para os discentes, proporcionam a aplicação prática de conceitos antes só vistos na teoria ao passo que melhora a formação profissional de seus praticantes.

A extensão na sociedade é vista como importante para treze dos quinze entrevistados, com ressalvas sobre os tipos de projetos e a necessidade dos projetos serem acolhidos pela comunidade na forma de participação, e assim alcançar alguma efetividade.

4.2. Perfil dos docentes entrevistados

Nessa fase da pesquisa foram entrevistados cinco docentes da graduação da Universidade Federal de Alfenas – Campus Avançado de Varginha, no Gráfico 4, é possível observar que os professores esses entrevistados são um do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, um do curso de Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria, dois de Administração Pública e um de Ciências Atuariais. Os docentes entrevistados possuem ligação direta com a extensão ou não. No Gráfico 5, pode-se observar que dos cinco professores

entrevistados, dois não possuem experiência com a extensão e três possuem ligação direta com a extensão.

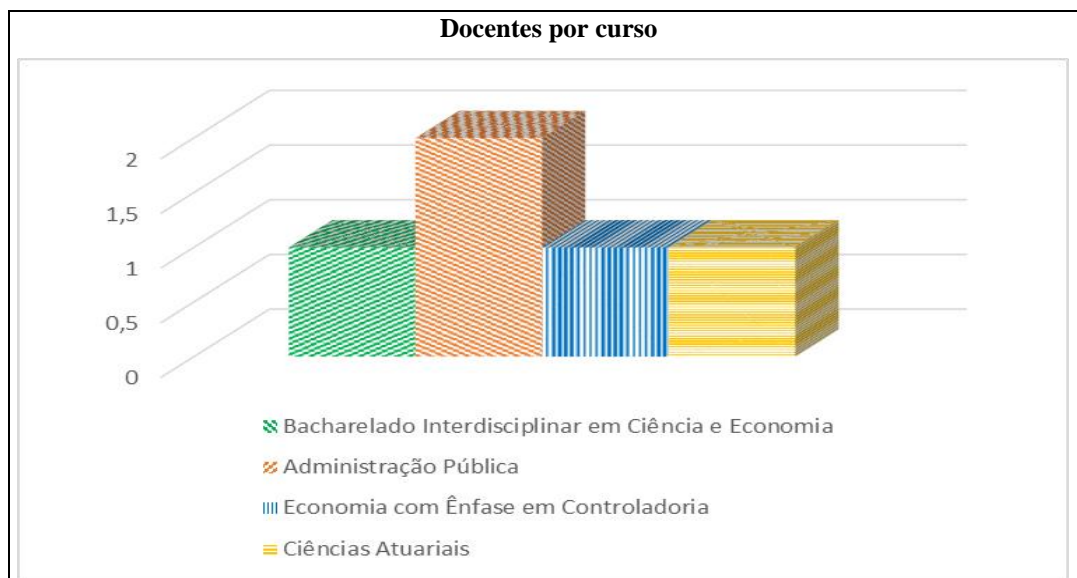


Gráfico 4 – DOCENTES POR CURSO. Fonte: Elaborado pela autora (2017)

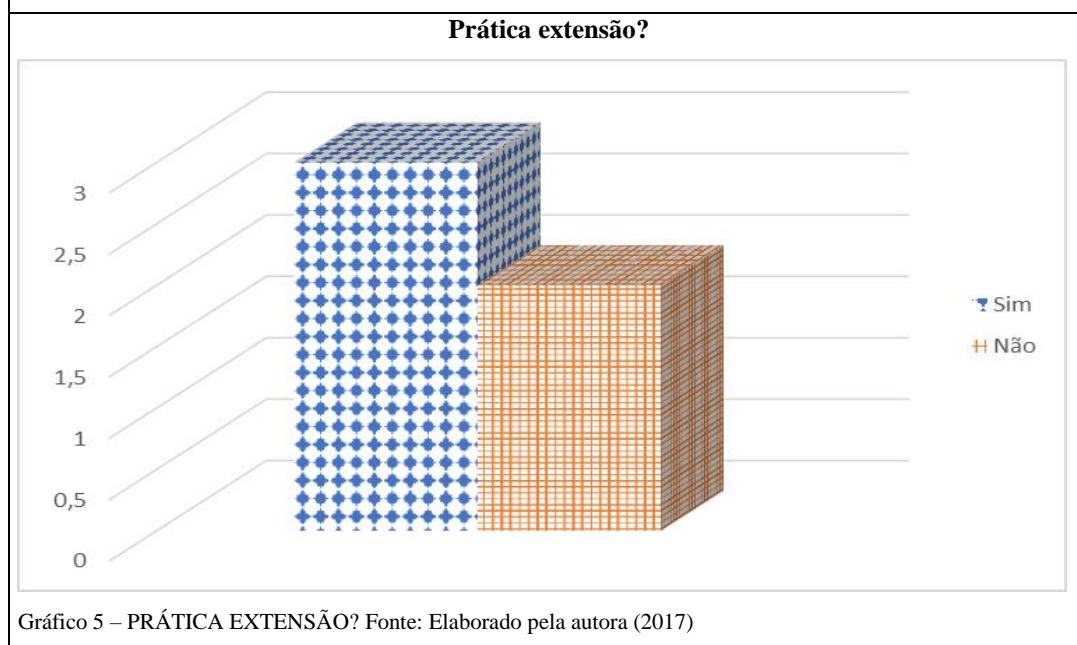
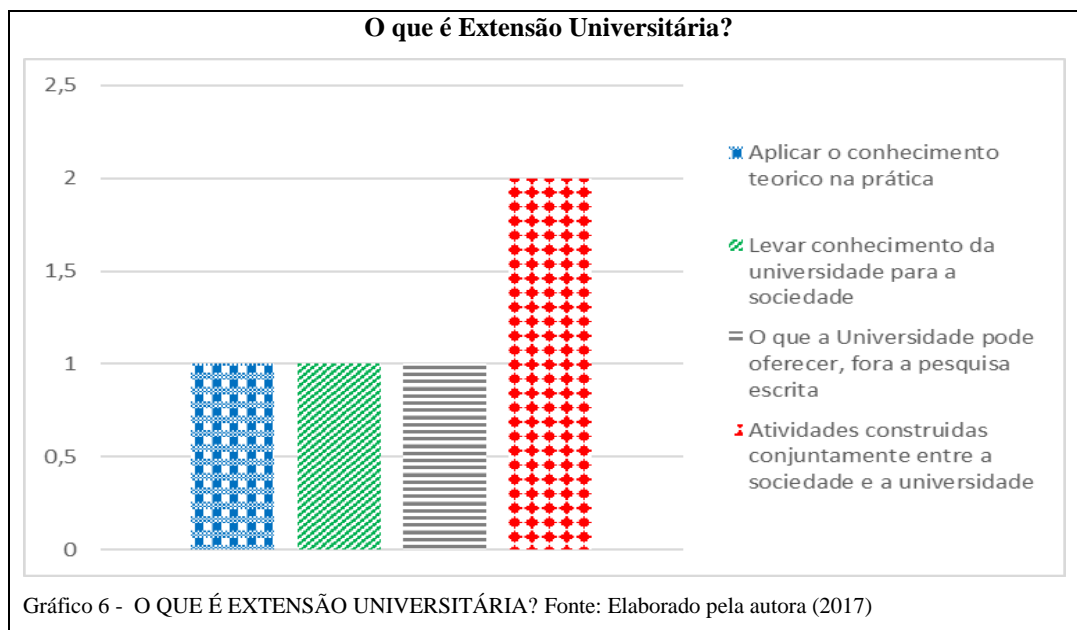


Gráfico 5 – PRÁTICA EXTENSÃO? Fonte: Elaborado pela autora (2017)

A partir desses perfis, passa-se a observar, através das respostas dos docentes o conceito de extensão entendido por eles. O Gráfico 6 abaixo expressa as diferentes maneiras que a extensão é vista por este grupo.



Para somente um dos docentes entrevistados, a extensão é a aplicação prática na sociedade dos conceitos teóricos desenvolvidos em salas de aula, para outro entrevistado, a extensão é a prática da universidade que leva para a sociedade novas formas de conhecimento, para o terceiro entrevistado, a extensão é qualquer atividade desenvolvida pela universidade fora a pesquisa escrita ou “formal”, e os dois últimos entrevistados compartilham da opinião, que a extensão são atividades construídas coletivamente entre a universidade e a comunidade. Abaixo um trecho que demonstra o conceito de extensão mais abordado:

(Entrevistador): “O que você entende por extensão universitária?”

Professor: “São atividades de mão dupla, tanto da Unifal para a comunidade, como da comunidade para a Unifal, por isso tem que ser um projeto construído coletivamente, entre universidade e não universidade, só que tem que ser atividades para além do muro. É a maneira que a universidade moderna acaba encontrando pra ser socialmente responsável e socialmente útil”.

5. Considerações Finais

Nesse trabalho, foi possível observar uma descentralização de ideias e conceitos respeito do tema extensão universitária, onde pode-se observar que não existe uma concordância entre os entrevistados sobre o tema, nem uma identificação clara com a prática extensionista na maior parte dos entrevistados. Mesmo para os envolvidos com a extensão, os conceitos aparentam ser

complexos e distantes do proposto no modelo Freireano de extensão, com a comunicação efetiva entre ensino, pesquisa e extensão e principalmente entre a universidade e a sociedade. Mesmo somente entre os professores entrevistados, pode-se perceber essa descentralização de entendimento a respeito da extensão, sendo professor atuante ou não no meio extensionista.

Os alunos entrevistados de modo geral, apresentam não enxergar a extensão como um dos tripés fundamentais da universidade, e sim como uma simples atividade extracurricular obrigatória no processo da graduação. Visão essa independente de curso, ou período que os entrevistados se encontram.

O fato do campus Avançado de Varginha, da Universidade Federal de Alfenas – MG, ser relativamente novo (7 anos), pode ser um dos motivos que ainda distância a comunidade da Universidade, relação que ainda está em construção, e pode ser modificada com maior ênfase na extensão.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. A extensão universitária: uma terceira função. 1991. 214 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1991.
- ARROYO, Daniela Munerato Piccolo; ROCHA, Maria Silva Pinto de Moura Librandi da. Meta-avaliação de uma extensão universitária: Estudo de caso. Avaliação (Campinas) [online]. 2010, vol.15, n.2, pp. 131-157.
- BARBOSA, Valeska Cristina. Extensão Universitária: proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Mineira de Educação e Cultura/ Faculdade de Ciências Empresariais. Belo Horizonte, 2012.
- BENZAQUEN, Júlia F. A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos. Educ. Soc. [online]. 2012, vol.33, n.120, pp. 917-927.
- CABRAL, Nara Grivot. Saberes Em Extensão Universitária: Contradições, tensões, desafios e desassossegos. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul – Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2012.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista Brasileira de Enfermagem. V. 57. N. 5. Brasília. Set/out. 2004. P.611-614.
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. COOPMED. Belo Horizonte, 2007.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 65p.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez, 1986. 182p.
- JEZINE, Edineide. A extensão universitária como prática social. Temas em Educação, v. 15, p. 118-129, 2006.
- MARTHINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas. 2.Ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles. et al. Extensão Universitária: Opinião De Estudantes Do Campus Saúde De Uma Instituição Pública Da Região Metropolitana De Recife – PE. *reme - Revista Mineira de Enfermagem*, V. 13, n. 3, p. 349 – 357, jul./set., 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de. (Org.). *Construção Conceitual da Extensão na América Latina*. Brasília. Editora UNB. 2001.p. 57-73.

PAULA, João Antônio de. A Extensão Universitária: História, Conceito e Propostas. *Interfaces – Revista de Extensão*, V.1, n.1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

Universidade federal de Alfenas – MG. Disponível On-Line em < <http://www.unifal-mg.edu.br/portal/>>. Acesso em 18.dez.2016.

VILAÇA, P. L. A; TEIXEIRA, M. C. S; TEIXEIRA, E. G. Três Perspectivas Sobre Um Projeto de Extensão Universitária: Sala de Situação da Criança e do Adolescente. *Lato & Sensu*, Belém, v.4. n. 1, p. 3-5. out, 2003.